

• Nacional

31 Mai 1980

POLÍTICA ECONÔMICA

Com as novas medidas, governo tenta evitar risco de argentinização

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

As medidas de curto prazo que devem ser debatidas hoje no Conselho Monetário Nacional (CMN) são parte da nova política de administrar a inflação por pataques e prevenir a ameaça de argentinização, através de pequenos ajustes destinados a estimular a poupança, desaquecer alguma pressão de consumo e conter a especulação, adiando ao máximo a edição de um futuro pacote com alguma consistência macroeconômica.

A avaliação é de economistas que assessoram o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que atribuem o retorno da situação anterior ao Plano Verão — quando o problema era combater a inflação inercial — à falta de condições políticas para levar adiante o ajuste fiscal imaginado no final do ano passado. A médio prazo o governo tenta reequilibrar o orçamento para voltar a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial.

O entendimento entre a equipe econômica é que não existe — e nem existirá no atual governo — clima para a reedição de um choque econômico. A tese que ganha corpo, principalmente diante do agravamento da situação na Argentina, é a proposta de Batista de Abreu para aguardar uma melhor definição da campanha eleitoral e então negociar com os principais candidatos uma "política econômica de transição", cujo ingrediente central seria a credibilidade conferida pelo apoio do provável sucessor do presidente José Sarney.

O esgotamento da atual política econômica — que deve ficar evidente dentro de três meses, no máximo — abriria caminho inclusivo a uma reorientação completa no tipo de ajuste que o País deverá seguir. O ministro do Planejamento já mencionou a parlamentares suas idéias sobre esta "política de transição", que deveria aprofundar o ajuste fiscal que o Executivo não conseguiu realizar com o Plano Verão, "de modo a deixar alguma margem de manobra para a futura administração".

AJUSTE

Não há como fugir do ajuste fiscal, com aumento da carga tributária, suspensão de obras, interrupção de projetos e cortes adicionais de despesas, na visão da Secretaria do Planejamento (Seplan). Seria inevitável também a recessão corretiva, curta e profunda, que se imaginou com o Plano Verão mas acabou substituída pelo reaquecimento do consumo em setores localizados. Para isto é indispensável a concordância dos candidatos e, consequentemente, do Congresso.

Somente este tipo de

"pacto de transição" poderia proporcionar o principal ingrediente cuja ausência determinou o fracasso, ainda que parcial, do plano de estabilização econômica lançado em janeiro. Como não seria mais um pacote de responsabilidade apenas do atual governo, as medidas teriam a indispensável credibilidade junto à sociedade — principalmente se estiverem integradas em um plano futuro de governo, com metas definidas para superar a crise financeira do estado e relançar a economia.

Enquanto não amadurecem as condições para o futuro pacote de transição, a equipe econômica não tem outra alternativa senão administrar o curto prazo. Reconhece-se, na Seplan, que a falta do ajuste fiscal não permitiu alcançar o objetivo de recuperar a política monetária como instrumento eficaz de regulagem da demanda, com seus efeitos sobre os preços. As restrições ao crédito, bem como a proposta do Banco Central de aumentar o compulsório, são tentativas de remediar esta situação.

Sem as políticas monetária e fiscal, o Plano restringiu-se praticamente ao congelamento, com suas inevitáveis distorções. Para agravar o quadro, houve o erro da opção pela tentativa de desindexação da economia, sem a certeza de que o Executivo teria apoio para cortar gastos e executar um orçamento rigorosamente equilibrado ao longo dos meses, como admitem estes economistas. A experiência da desindexação acrescentou mais incertezas à economia, levando a equipe econômica a temer a perda de controle sobre a inflação e o surto especulativo, com a aproximação da eleição de novembro.

PISO

A inflação de 9,9% em maio indica, para a Seplan, que os preços voltaram ao patamar dos 10%. "Já temos agora um piso mensal, empurrado para cima apenas pelas expectativas futuras, sem que seja necessário qualquer choque de oferta ou demanda" — observou ontem um assessor de Batista de Abreu. As medidas de curto prazo destinam-se, agora, a adiar ao máximo a passagem a um novo patamar, no rumo da hiperinflação.

O temor desta argentinização é que vem levando o Ministério da Fazenda e o Banco Central a se prevenirem, com as medidas que se destinam, à médio prazo, a enxugar um provável excesso de renda disponível. Por menos que seja este excesso, no atual quadro de incertezas políticas e econômicas já seria suficiente para alimentar não só o consumo como, principalmente, a especulação com ativos indexados à moeda americana — como o câmbio negro e as aplicações em ouro.